

RELATÓRIO DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA

1 | 2026

Sumário

1. Introdução	3
2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias	3
3. Plano de Benefícios (PB)	4
3.1. Gestão Previdencial	4
3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2026	5
3.2.1. Contribuições	7
3.2.2. Resultado Líquido dos Investimentos	7
3.2.3. Benefícios	8
3.2.4. Institutos	9
3.2.5. Devoluções	10
4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)	10
4.1. Gestão Administrativa	11
4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2026	12
4.2.1. Taxa de Carregamento	15
4.2.2. Receitas Diretas	15
4.2.3. Resultado Líquido dos Investimentos	16
4.2.4. Pessoal e Encargos	16
4.2.5. Treinamentos	17
4.2.6. Viagens e Estádias	18
4.2.7. Serviços de Terceiros	18
4.2.8. Despesas Gerais	19
4.2.9. Tributos	20
4.2.10. Depreciação e Amortização	21
4.2.11. Correção Empréstimo Patrocinador	22
4.3. Projeção da Evolução do Ativo do PGA em 2026	22
4.4. Projeção da Evolução do Fundo Administrativo em 2026	25
5. Indicadores de Gestão	27

1. Introdução

O presente relatório, elaborado pela Gerência de Administração e Finanças (Geafi), tem por finalidade apresentar as informações relativas à programação e à execução orçamentárias do Plano de Benefícios (PB) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Funpresp-Jud, em conformidade com a Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024.

Mediante textos, indicadores, gráficos e tabelas, o documento evidencia as despesas previdenciais e administrativas, acompanha os indicadores de gestão definidos para o período e registra as contratações de prestadores de serviços necessárias ao suporte das atividades de gestão da Funpresp-Jud.

Assim, busca-se oferecer uma visão clara e objetiva das receitas e das despesas da Entidade, com ênfase nos dados relativos ao Plano de Benefícios e ao custeio e à gestão administrativos. Ademais, o relatório pretende subsidiar a formulação de ações estratégicas para a Funpresp-Jud, ao disponibilizar informações relevantes à tomada de decisão.

Por fim, ressalta-se que este relatório foi produzido com o propósito de assegurar controle, transparência e eficiência na administração dos recursos, em conformidade com as exigências legais e regulatórias aplicáveis.

2. Critérios para o Planejamento e Execução Orçamentárias

A Funpresp-Jud adota critérios quantitativos e qualitativos para o planejamento do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas, com a finalidade de avaliar a relação entre a necessidade e a adequação dos gastos e os resultados alcançados, observadas as normas de governança da Entidade. Para a definição desses parâmetros, consideram-se, entre outros aspectos, o Planejamento Estratégico, o Caderno Orçamentário anual, os recursos garantidores do Plano de Benefícios e o quantitativo de participantes e assistidos.

Os critérios quantitativos dizem respeito à mensuração do custeio administrativo e das despesas previdenciais e administrativas, permitindo estimar o montante a ser consignado no orçamento anual da Entidade. Nessa perspectiva, os recursos são direcionados de forma seletiva às ações e aos projetos prioritários, buscando-se maior retorno mediante a ponderação entre custo e benefício, em consonância com o Planejamento Estratégico e com o Caderno Orçamentário.

Por sua vez, os critérios qualitativos correspondem a atributos que conferem utilidade às informações sobre despesas administrativas para seus destinatários. Assim, impõe-se observar características como compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade dos dados apresentados.

A alocação de recursos em projetos estruturantes concentra-se no alcance dos objetivos estratégicos da Entidade. A indicação de valores para determinado grupo de despesa deve constar, necessariamente, dos estudos que instruem o processo de aprovação orçamentária.

3. Plano de Benefícios (PB)

A Funpresp-Jud é responsável pela administração e pela gestão do Plano de Benefícios do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), assegurando segurança e transparência na aplicação dos recursos acumulados pelos participantes. A Entidade, ademais, acompanha a regulamentação vigente, realiza investimentos compatíveis com os objetivos do plano, com vistas a assegurar sua rentabilidade e sustentabilidade, e disponibiliza informações e serviços destinados a subsidiar os participantes na tomada de decisões relacionadas à previdência complementar.

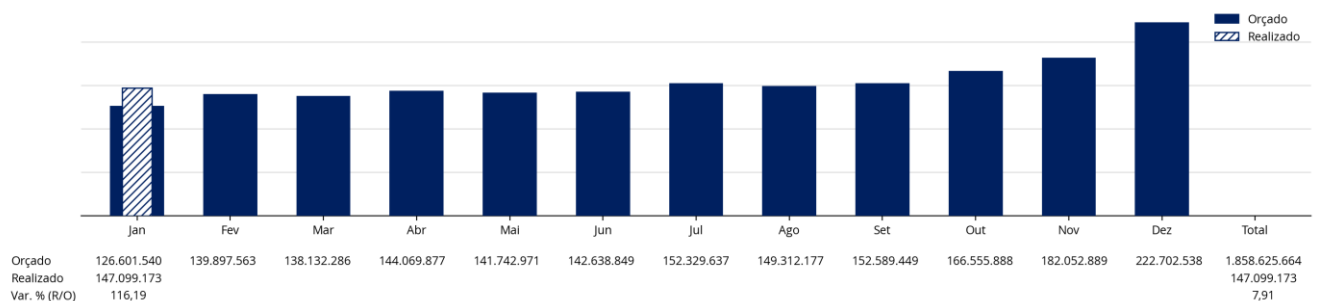
3.1. Gestão Previdencial

A administração do orçamento previdenciário compreende o planejamento e a execução dos fluxos financeiros essenciais vinculados aos planos de benefícios. Nesse escopo, incluem-se as contribuições normais, voluntárias e extraordinárias, bem como o pagamento de benefícios de aposentadoria, os procedimentos de resgate e de portabilidade do acúmulo previdenciário e as situações de autopatrocínio e de benefício proporcional diferido. Abrangem-se, ainda, os rendimentos das aplicações financeiras e, no âmbito do Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), a verificação do equilíbrio técnico-atuarial.

Na gestão previdencial referente ao mês de janeiro de 2026, as receitas realizadas totalizaram R\$ 147.099.173,27, superando o valor de R\$ 126.601.540,41 orçado para o período em 16,19%. A projeção para dezembro de 2026 indica arrecadação em linha com o planejado, com receita anual projetada de R\$ 1.879.123.296,73.

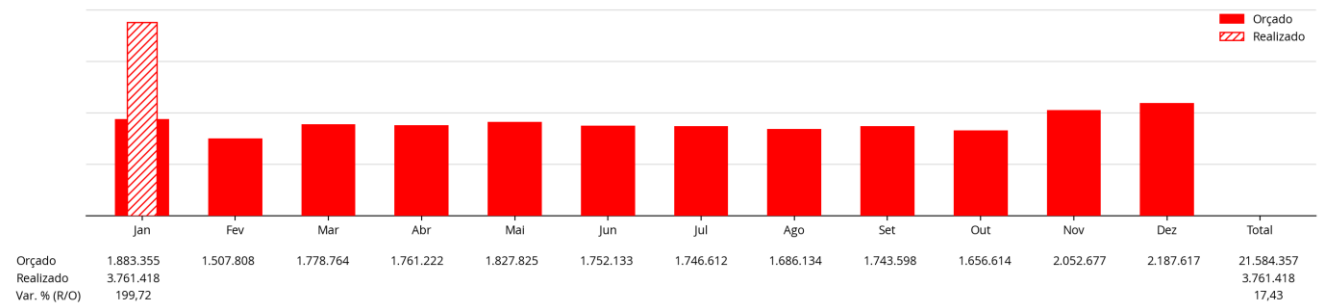
Quanto às deduções, o valor realizado em janeiro foi de R\$ 3.761.417,70, superior em 99,72% ao montante de R\$ 1.883.354,59 orçado para o mês. A projeção para dezembro de 2026 aponta execução das deduções igualmente superior ao planejado, com realização estimada 8,70% acima do previsto e total anual projetado de R\$ 23.462.420,25 para o Plano de Benefícios.

Gráfico 1: Receitas Previdenciais



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 2: Deduções Previdenciais



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

3.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Previdencial 2026

A comparação entre as receitas e as despesas previdenciais efetivamente realizadas e aquelas previstas no orçamento é elemento central do monitoramento orçamentário, por constituir instrumento gerencial indispensável. Esse procedimento permite aferir o grau de aderência das atividades da Entidade ao planejamento orçamentário previdencial.

No que se refere às despesas, as estimativas anuais são revisadas, e a execução é examinada sob a ótica contábil, considerando-se os pagamentos e os recebimentos efetivamente ocorridos no período de referência.

As receitas resultam da soma das contribuições de participantes e patrocinadores, que atualmente correspondem a aproximadamente 96,50% do total arrecadado, acrescida dos resultados dos investimentos do Plano de Benefícios. A análise da execução orçamentária revela-se essencial ao acompanhamento da saúde financeira do Plano de Benefícios, ao assegurar eficiência e conformidade na aplicação dos recursos, em consonância com o planejamento estabelecido.

O acompanhamento dos indicadores de desempenho orçamentário tem por objetivo alertar os gestores responsáveis pelas rubricas para a apresentação de justificativas quando se verificarem variações mensais relevantes na utilização dos recursos, em comparação com o **Grau de Dispersão dos Indicadores de Desempenho (GDD)** e com o **Percentual de Referência Orçamentária (PR)** previamente definido.

As categorias acompanhadas abrangem as principais fontes de receita do Plano de Benefícios, como as contribuições de participantes e patrocinadores e o resultado dos investimentos, bem como as rubricas de dedução, entre as quais se incluem o pagamento de benefícios, os institutos e as devoluções. Para o exercício de 2026, fixou-se Percentual de Referência (PR) de 100% para o monitoramento dessas categorias no âmbito da execução orçamentária.

O GDD e o PR constituem parâmetros essenciais para rastrear o desempenho das categorias orçamentárias, identificar desvios e orientar a adoção de medidas corretivas,

quando cabíveis, a fim de assegurar a adequada utilização dos recursos e o alcance dos objetivos propostos.

Quadro 1: Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária (ID)

Rubrica	Categoria	GDD	PR	Gestor
ID _{CONT} - Contribuições	Obrigatória	10%	100%	Gearc Gerência de Arrecadação e Cadastro
ID _{INVP} - Investimentos Previdenciais	Obrigatória	10%	100%	Geinv Gerência de Investimentos
ID _{BEN} - Benefícios	Obrigatória	10%	100%	Geabe Gerência de Atuária e Benefícios
ID _{INS} - Institutos	Obrigatória	10%	100%	Geabe Gerência de Atuária e Benefícios
ID _{DEV} - Devoluções	Discricionária	10%	100%	Geabe Gerência de Atuária e Benefícios

Fonte e Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Um resumo do desempenho orçamentário previdencial até Janeiro está consolidado na Tabela 1, apresentada a seguir. A tabela detalha a execução das receitas e despesas previdenciais em relação ao orçamento planejado, permitindo uma análise comparativa entre os valores estimados e os efetivamente realizados ao longo do exercício. Esse levantamento possibilita a avaliação do equilíbrio financeiro do plano, identificando eventuais variações na arrecadação das contribuições, nos rendimentos dos investimentos e nas obrigações previdenciárias assumidas no período.

Tabela 1: Execução Orçamentária Previdencial 2026

Rubricas	Orçado		Realizado			
	Ano - R\$ (M)	No Mês - R\$ (N)	No Mês - R\$ (O)	No Mês - % (O/N)	Ano - R\$ (P)	Ano - % (P/M)
Receitas (A)	1.858.625.664	126.601.540	147.099.173	116,19	147.099.173	7,91
Contribuições	1.109.723.188	71.759.393	71.002.681	98,95	71.002.681	6,40
Resultado Líquido dos Investimentos	748.902.476	54.842.147	76.096.492	138,76	76.096.492	10,16
Reduções (D=E+J+K)	21.584.357	1.883.355	3.761.418	199,72	3.761.418	17,43
Institutos (E=F+G)	18.544.667	1.638.665	3.503.659	213,81	3.503.659	18,89
Resgates (F)	6.109.296	509.108	1.774.745	348,60	1.774.745	29,05
Portabilidade Líquida (G=H-I)	12.435.371	1.129.557	1.728.914	153,06	1.728.914	13,90
Portabilidade de Saída (H)	16.893.516	1.407.793	1.997.430	141,88	1.997.430	11,82
Portabilidade de Entrada (I)	4.458.145	278.236	268.516	96,51	268.516	6,02
Devoluções (J)	1.039.536	86.628	23.530	27,16	23.530	2,26
Benefícios (K)	2.000.154	158.062	234.229	148,19	234.229	11,71
Saldo Previdencial (L=C-D)	1.837.041.307	124.718.186	143.337.756	114,93	143.337.756	7,80

Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

As receitas do mês totalizaram R\$ 147.099.173,27, superando o orçamento em 16,19% do valor de R\$ 126.601.540,41. As despesas totalizaram R\$ 3.761.417,70, superando o orçamento em 99,72% do valor de R\$ 1.883.354,59.

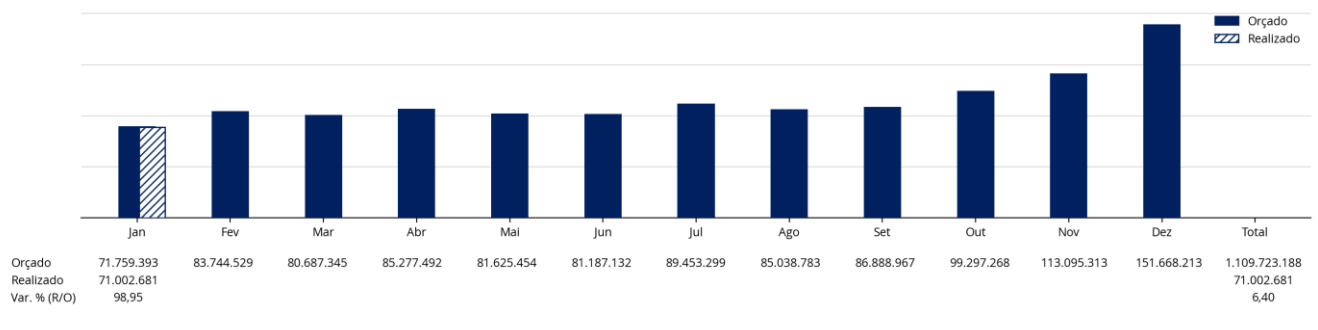
3.2.1. Contribuições

As contribuições de participantes e patrocinadores constituem a principal fonte de receita do Plano de Benefícios. Tais contribuições são apuradas com base em percentual incidente sobre a parcela da remuneração dos participantes que excede o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A base contributiva em janeiro de 2026 apresentou 37.944 participantes, exatamente o número previsto no orçamento para o mês. Em relação a dezembro de 2025, houve ingresso líquido de 218 participantes (0,58%), enquanto na comparação com janeiro de 2025 observa-se um incremento de 2.320 participantes (6,51%). A projeção para dezembro de 2026 aponta para 38.397 participantes, em linha com o orçamento.

No mês, o realizado ficou 1,05% abaixo do orçamento, evidenciando menor arrecadação. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada 0,07% abaixo do previsto e receita anual projetada de R\$ 1.108.966.475,61.

Gráfico 3: Contribuições



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

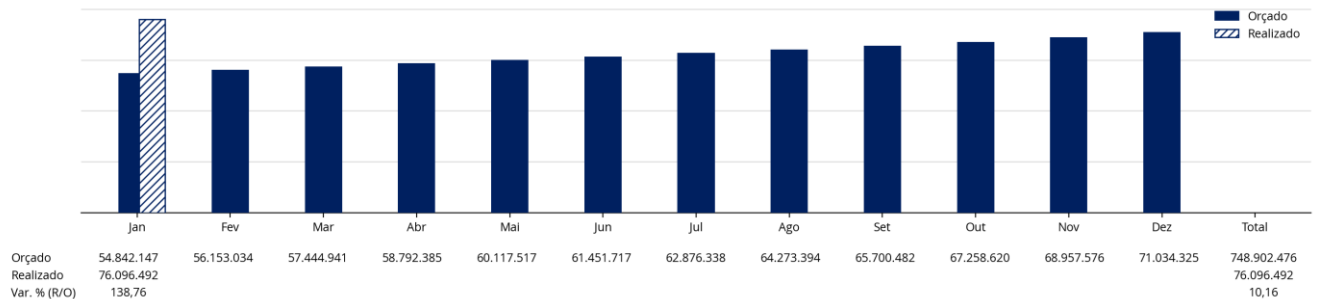
3.2.2. Resultado Líquido dos Investimentos

O resultado líquido dos investimentos do Plano de Benefícios é apurado mensalmente a partir do desempenho da carteira consolidada de ativos. Encerrado o período, a taxa de administração é deduzida da rentabilidade bruta auferida, obtendo-se o resultado líquido efetivamente incorporado ao patrimônio dos participantes, por meio da valorização das cotas.

No mês, o realizado ficou 38,76% acima do orçamento, refletindo resultado de investimentos superior ao previsto, em razão de rentabilidade das aplicações financeiras acima do esperado. A projeção para dezembro de 2026, por sua vez, indica execução

superior ao planejado, com realização estimada 2,84% acima do previsto e receita anual projetada de R\$ 770.156.821,12.

Gráfico 4: Resultado Líquido dos Investimentos do Plano de Benefícios



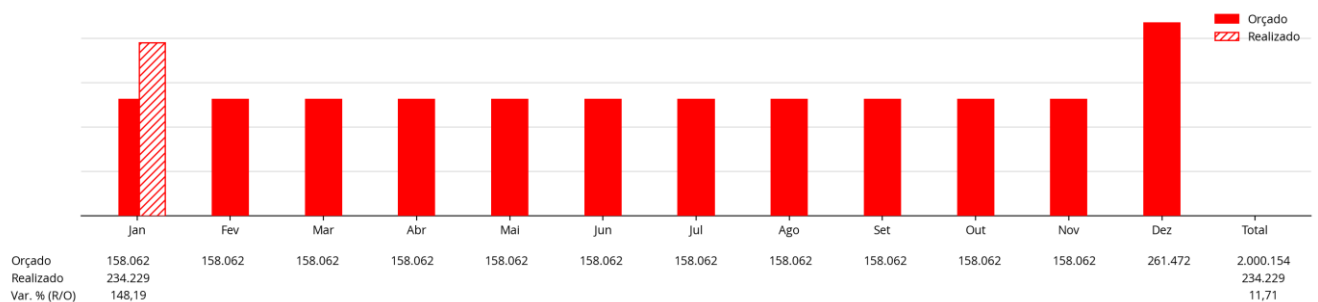
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

3.2.3. Benefícios

O pagamento de benefícios constitui etapa essencial na gestão de um Plano de Benefícios previdenciário. Trata-se do desembolso periódico de valores a participantes ou beneficiários elegíveis, em conformidade com as regras e as condições previstas no Regulamento do Plano.

No mês, o realizado ficou 48,19% acima do orçado, evidenciando superação pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução superior ao planejado, com realização estimada 3,81% acima do previsto e despesa anual projetada de R\$ 2.076.320,84.

Gráfico 5: Benefícios



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

🔍 Explicações das áreas gestoras: O desembolso apresentou variação positiva em relação ao valor orçado, em decorrência de eventos pontuais. O aumento foi influenciado pela concessão de dois novos benefícios de prestação única, sendo uma pensão por morte de participante ativo e um benefício suplementar. Trata-se de desvio circunstancial, sem indicação de mudança estrutural no padrão de pagamentos, associado principalmente à fase de maturação do Plano JusMP-Prev, na qual cresce o contingente de participantes elegíveis ao recebimento de benefícios. No detalhamento das principais variações financeiras, destaca-se a Pensão por Morte, com orçado de

R\$ 15.139 e realizado de R\$ 92.751, resultando em variação de R\$ 77.612. Da mesma forma, o Benefício Suplementar apresentou orçamento de R\$ 48.804 e realizado de R\$ 108.842, com variação de R\$ 60.038.

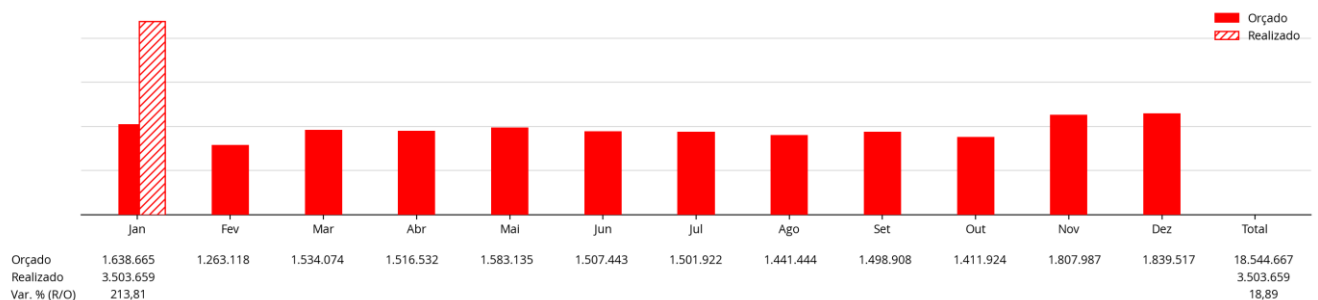
3.2.4. Institutos

No âmbito da previdência complementar fechada, há quatro institutos de que os participantes podem se valer: Benefício Proporcional Diferido (BPD), autopatrocínio, portabilidade (de entrada e de saída) e resgate (integral ou parcial). Dentre esses institutos, monitoram-se aqueles que implicam retirada de recursos da Funpresp-Jud, a saber:

- I. Portabilidade: faculta ao participante transferir as reservas acumuladas para outra entidade, aberta ou fechada, preservando a continuidade da relação previdenciária.
- II. Resgate: permite ao participante resgatar, de forma integral ou parcial, as reservas acumuladas, conforme as regras previstas no Plano de Benefícios (PB). Em geral, o resgate ocorre em situações específicas, como desligamento do patrocinador, aposentadoria ou outras hipóteses contempladas no Regulamento do Plano.

No mês, o realizado ficou 113,81% acima do orçamento, evidenciando superação pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução superior ao planejado, com realização estimada 110,06% acima do previsto e despesa anual projetada de R\$ 20.409.661,35.

Gráfico 6: Institutos



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

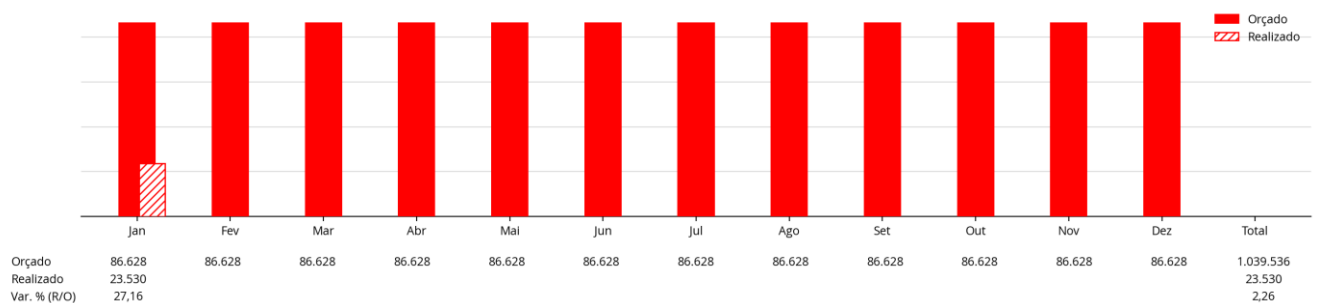
Explicações das áreas gestoras: O desembolso superou o valor orçado em razão do aumento nas solicitações de resgate e portabilidade. No período, foram realizados 31 pagamentos de resgate e 28 transferências de portabilidade de saída. Assim, o desvio observado é atribuído a fatores conjunturais, sem indícios de alteração estrutural no comportamento desses institutos. Entre as principais variações em valor financeiro, destaca-se o Resgate Total, com orçamento de R\$ 509.108 e realizado de R\$ 1.774.745, resultando em acréscimo de R\$ 1.265.637. Na mesma linha, a rubrica Previdência Complementar Fechada apresentou orçamento de R\$ 1.238.858 e realizado de R\$ 1.997.430, com variação positiva de R\$ 758.572.

3.2.5. Devoluções

A rubrica de Devoluções abrange as hipóteses de restituição de valores, incluindo cancelamentos do Plano de Benefícios no prazo de 90 (noventa) dias contados da adesão automática, restituições decorrentes de reenquadramento previdenciário e devoluções relativas a contribuições indevidas.

No mês, o realizado ficou 72,84% abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução inferior ao planejado, com realização estimada 6,07% abaixo do previsto e despesa anual projetada de R\$ 976.438,06.

Gráfico 7: Devoluções



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Explicações das áreas gestoras: O desvio verificado decorreu da redução nas devoluções de contribuições, com 11 ocorrências associadas ao cancelamento de adesão automática e à correção de contribuições indevidas registradas em períodos anteriores. Trata-se de variação pontual, sem impacto estrutural, atribuída ao aprimoramento do entendimento das normas do Plano por participantes e patrocinadores. No detalhamento das principais variações financeiras, destaca-se a Devolução de Contribuição Indevida, cujo orçado foi de R\$ 58.723 e o realizado, de R\$ 1.619, resultando em redução de R\$ 57.104. Ademais, a Devolução de Reenquadramento apresentou orçado de R\$ 23.491 e realização nula.

4. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa integra a estrutura de governança e gestão da Funpresp-Jud. Tem por finalidade orientar e direcionar as ações administrativas da Entidade, com vistas a promover eficiência, eficácia e qualidade na administração de recursos e na condução de processos internos.

O PGA compreende um conjunto de diretrizes, metas, projetos e ações voltados à otimização da estrutura administrativa da Funpresp-Jud, abrangendo, entre outras, as áreas de auditoria e controle internos, gestão de pessoas, tecnologia da informação,

contabilidade, comunicação e finanças. No seu âmbito, são definidos planos de ação estratégicos, nos quais se detalham atividades, responsabilidades e prazos para a consecução dos objetivos e das metas estabelecidos. Tais planos são revisados periodicamente, de modo a permitir a adequação às demandas e aos contextos específicos.

Por meio do PGA, a Funpresp-Jud busca aprimorar processos internos, estimular a inovação, assegurar conformidade com normas e regulamentações vigentes e elevar a qualidade dos serviços prestados aos participantes. Em síntese, o PGA constitui instrumento de apoio à excelência administrativa, ao fortalecer a eficiência e a eficácia da gestão de recursos e processos, com foco no atendimento aos participantes e no alcance dos objetivos institucionais.

4.1. Gestão Administrativa

De acordo com o art. 2º da Resolução CNPC/MPS nº 62, de 9/12/2024, as despesas administrativas da Funpresp-Jud referem-se aos gastos relacionados à gestão do seu Plano de Benefícios. O art. 3º do mesmo normativo estabelece as fontes de custeio que podem ser utilizadas para cobrir tais despesas, as quais são:

I - Receitas da gestão administrativa:

- 1.a) Taxa de administração;
- 1.b) Taxa de carregamento;
- 1.c) Aporte ou reembolso de despesas administrativas pelos patrocinadores e instituidores;
- 1.d) Encargos pelo repasse em atraso de valores referentes à gestão administrativa;
- 1.e) Doações;
- 1.f) Dotações iniciais;
- 1.g) Receitas diretas da gestão administrativa; e
- 1.h) Outras receitas administrativas previstas na planificação contábil padrão aplicada às entidades.

II - Resultado do investimento dos recursos vinculados ao Plano de Gestão Administrativa;

III - Utilização do saldo acumulado pelos fundos administrativos.

Em conformidade com o Caderno Orçamentário de 2026, as principais fontes de cobertura das despesas administrativas da Funpresp-Jud ao longo do exercício serão:

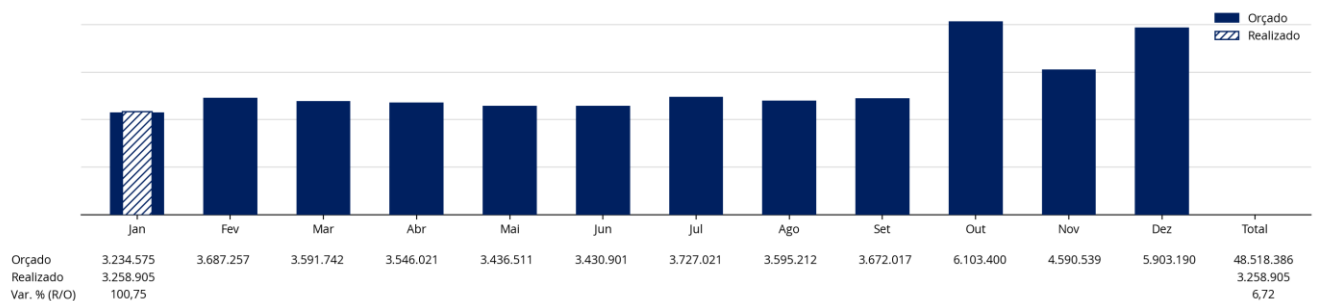
1. 1.b - Taxa de carregamento, fixada em 3,50% (até 31/3/2026) e 3,25% (a partir de 1º/4/2026) das contribuições efetuadas;
2. 1.g - Receitas diretas da gestão administrativa; e
3. II - Resultado do investimento dos recursos vinculados ao PGA.

A fonte III (fundo administrativo), cuja utilização é permitida nos casos previstos no inciso III do art. 7º da Resolução CNPC/MPS nº 62, não foi acionada até o mês de Janeiro.

Na gestão administrativa referente ao mês de janeiro de 2026, as receitas realizadas totalizaram R\$ 3.258.904,83, superando o valor orçado para o período, de R\$ 3.234.575,36, em 0,75%. A projeção para dezembro de 2026 indica receitas em linha com o planejado, com receita anual projetada de R\$ 48.542.715,89.

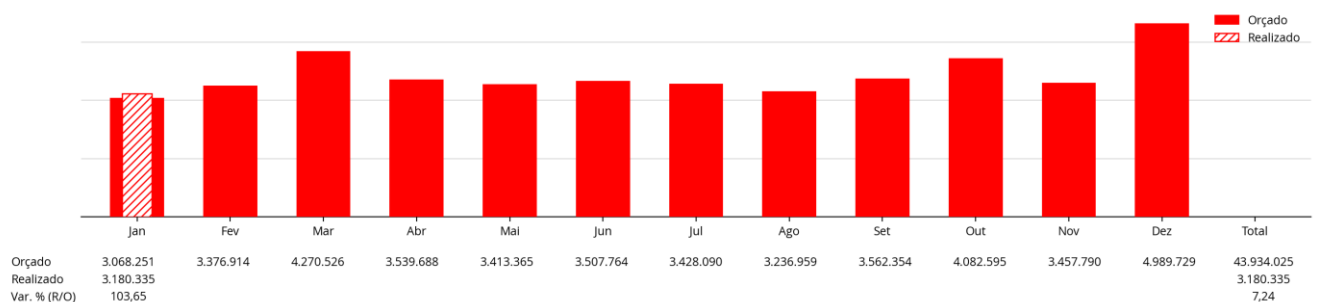
Quanto às despesas, o valor realizado em janeiro foi de R\$ 3.180.335,26, superior ao montante orçado para o mês, de R\$ 3.068.251,23, em 3,65%. A projeção para dezembro de 2026 aponta despesas em linha com o planejado, com total anual projetado de R\$ 44.046.109,19.

Gráfico 8: Receitas Administrativas



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Gráfico 9: Despesas Administrativas



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2. Acompanhamento da Gestão Orçamentária Administrativa 2026

O acompanhamento da execução orçamentária administrativa consiste na comparação entre as despesas previstas no orçamento e as despesas efetivamente incorridas no período. Dessa forma, a Entidade deve aplicar os recursos autorizados por meio de créditos orçamentários na realização das despesas e monitorar sua execução, a

fim de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da operação administrativa e a implementação dos investimentos previstos em novos projetos.

A gestão orçamentária administrativa estrutura-se em dois blocos de indicadores: **(i) Bloco de Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária (Bloco ID)** e **(ii) Bloco de Indicadores de Gestão Orçamentária (Bloco IG)**.

O monitoramento dos Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária tem por finalidade demandar justificativas dos gestores responsáveis pelas rubricas quando o percentual mensal de utilização dos recursos orçados se situar acima ou abaixo do Grau de Dispersão dos Indicadores de Desempenho (GDD), em comparação com o Percentual de Referência Orçamentária (PR) estabelecido.

Para as rubricas Taxa de Carregamento, Receitas Diretas, Resultado Líquido dos Investimentos, Pessoal e Encargos, Tributos, Depreciação e Amortização e Correção Empréstimo Patrocinador, classificadas como de execução obrigatória, espera-se a realização integral dos valores orçados. Por essa razão, fixa-se PR de 100% para cada uma delas.

Para as rubricas Treinamentos, Congressos e Seminários, Viagens e Estádias, Serviços de Terceiros e Despesas Gerais, classificadas como despesas discricionárias, adota-se percentual inferior, com o propósito de estimular negociações mais vantajosas para a Fundação na contratação de produtos e serviços. Para esse conjunto, aplica-se PR de 90%.

O GDD expressa o percentual de afastamento do ID apurado, para mais ou para menos, em relação ao PR. Assim, os percentuais de GDD e PR serão acompanhados ao longo de 2025, sob a responsabilidade das áreas a seguir designadas:

Quadro 2: Indicadores de Desempenho de Rubrica Orçamentária (ID) e seus Gestores

Rubrica	Categoria	GDD	PR	Gestor
ID _{TC} - Taxa de Carregamento	Obrigatória	10%	100%	Gearc Gerência de Arrecadação e Cadastro
ID _{RD} - Receitas Diretas	Obrigatória	10%	100%	Gearc Gerência de Arrecadação e Cadastro
ID _{INV} - Resultado Líquido dos Investimentos	Obrigatória	10%	100%	Geinv Gerência de Investimentos
ID _{PE} - Pessoal e Encargos	Obrigatória	10%	100%	Gepes Gerência de Gestão de Pessoas
ID _{TCS} - Treinamentos/Congressos/ Seminários	Discricionária	10%	90%	Gepes Gerência de Gestão de Pessoas
ID _{VE} - Viagens e Estádias	Discricionária	10%	90%	Geafi Gerência de Administração e Finanças
ID _{ST} - Serviços de Terceiros	Discricionária	10%	90%	Geafi Gerência de Administração e Finanças
ID _{DG} - Despesas Gerais	Discricionária	10%	90%	Geafi Gerência de Administração e Finanças
ID _{TRIB} - Tributos	Obrigatória	10%	100%	Geafi Gerência Administração e Finanças
ID _{DA} - Depreciação e Amortização	Obrigatória	10%	100%	Geafi Gerência Administração e Finanças

ID_{EMP} - Correção Empréstimo Patrocinador Obrigatória 10% 100% Geafi
Gerência Administração e Finanças

Fonte: Nota Técnica Geafi/Dirad - Documento Funpresp-Jud Sei nº 0053085.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A tabela a seguir apresenta os créditos orçamentários reservados para o mês de Janeiro e o acumulado no exercício de 2026, acompanhados dos respectivos valores realizados. Na sequência, são destacadas as rubricas com desvios relevantes entre o orçado e o realizado, com a devida análise das principais causas das variações observadas no período.

Tabela 2: Execução Orçamentária Administrativa 2026

	Orçado		Realizado			
	Ano (D)	Mês (E)	Mês - R\$ (F)	Mês - % (F/E)	Ano - R\$ (G)	Ano - % (G/D)
Receitas (A)	48.518.386	3.234.575	3.258.905	100,75	3.258.905	6,72
Taxa de Carregamento	37.909.968	2.602.672	2.515.004	96,63	2.515.004	6,63
Receitas Diretas	4.765.205	164.897	181.461	110,04	181.461	3,81
Resultado Líquido dos Investimentos	5.843.213	467.006	562.440	120,44	562.440	9,63
Despesas (B)	43.934.025	3.068.251	3.180.335	103,65	3.180.335	7,24
Pessoal e Encargos	26.163.337	1.957.511	2.153.295	110,00	2.153.295	8,23
<i>Folha de Pagamentos</i>	<i>20.938.845</i>	<i>1.531.081</i>	<i>1.789.446</i>	<i>116,87</i>	<i>1.789.446</i>	<i>8,55</i>
<i>Estagiários</i>	<i>360.086</i>	<i>30.007</i>	<i>23.634</i>	<i>78,76</i>	<i>23.634</i>	<i>6,56</i>
<i>Benefícios</i>	<i>4.864.406</i>	<i>396.423</i>	<i>340.215</i>	<i>85,82</i>	<i>340.215</i>	<i>6,99</i>
Treinamentos	276.100	2.400	4.128	171,99	4.128	1,49
Viagens e Estadias	633.959	28.510	0	0,00	0	0,00
Serviços de Terceiros	6.963.195	377.431	419.483	111,14	419.483	6,02
Despesas Gerais	6.028.768	224.887	165.479	73,58	165.479	2,74
Tributos	3.006.105	406.408	351.539	86,50	351.539	11,69
Depreciação e Amortização	273.644	22.833	27.962	122,46	27.962	10,22
Correção Empréstimo Patrocinador	588.917	48.271	58.450	121,09	58.450	9,92
Resultado (C=A-B)	4.584.361	166.324	78.570	47,24	78.570	1,71

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

No mês, as receitas administrativas totalizaram R\$ 3.258.904,83, superando em R\$ 24.329,47 o valor orçado de R\$ 3.234.575,36, o que corresponde a variação positiva de 0,75%. As despesas administrativas, por sua vez, somaram R\$ 3.180.335,26, superando o orçado de R\$ 3.068.251,23 em R\$ 112.084,03, equivalente a 3,65%.

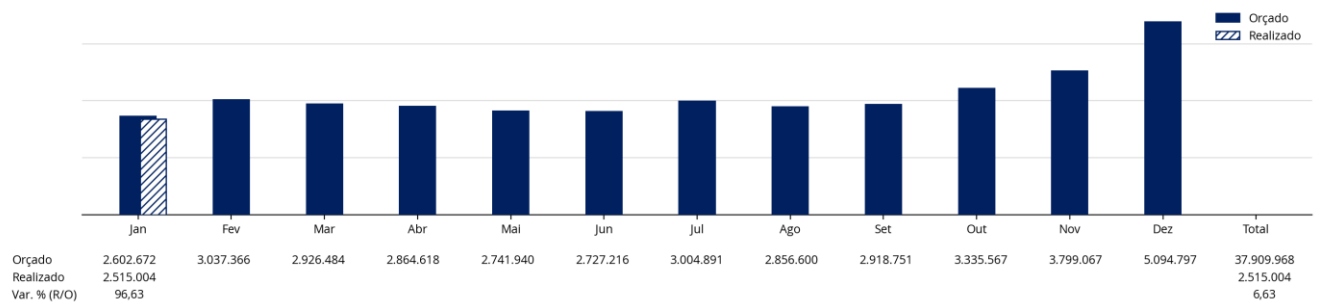
Para dezembro de 2026, a projeção do IG_{DR} - Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa é de 90,76%, abaixo da meta orçada de 94,54%, com desvio favorável de 3,78 pontos percentuais. Já o IG_{DORC} - Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada está projetado em 100,30%, acima da meta orçada de 95,00%, apresentando desvio desfavorável de 5,30 pontos percentuais. Enquanto o IG_{DR} indica uma relação mais eficiente entre despesas e receitas, o IG_{DORC} aponta para uma execução das despesas acima do previsto no orçamento.

4.2.1. Taxa de Carregamento

A Taxa de Carregamento corresponde a um percentual incidente sobre as movimentações realizadas nos planos de previdência complementar e constitui a principal fonte de receitas administrativas da Funpresp-Jud.

No mês, o realizado ficou 3,37% abaixo do orçamento, evidenciando menor arrecadação. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de R\$ 37.822.300,30.

Gráfico 10: Taxa de Carregamento



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

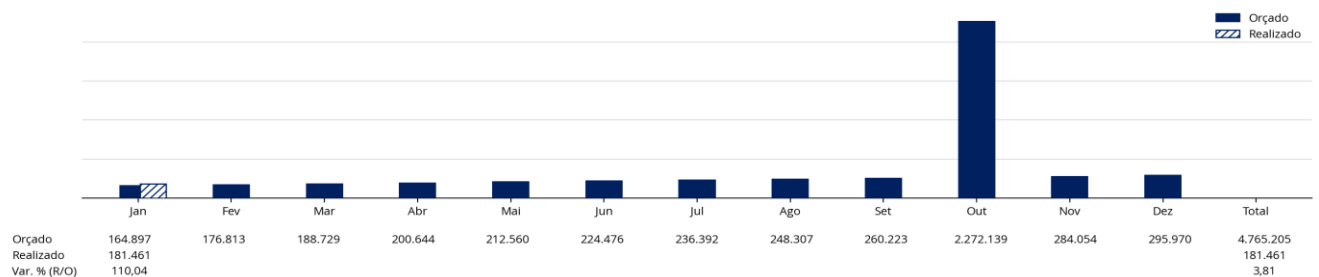
4.2.2. Receitas Diretas

Entendem-se por receitas diretas aquelas percebidas diretamente pela Entidade, sem vinculação às fontes ordinárias de custeio, tais como a taxa de carregamento incidente sobre contribuições previdenciárias ou os resultados das aplicações financeiras.

No contexto da Funpresp-Jud, a principal receita direta da gestão administrativa, conforme o item 1.g do art. 3º da Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024, decorre de valores provenientes de seguradora, na forma do inciso I do art. 4º do mesmo ato normativo. Tais ingressos concorrem para a sustentabilidade financeira da gestão administrativa e para a manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas operacionais.

No mês, o realizado ficou 10,04% acima do orçado, evidenciando superação pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de R\$ 4.781.768,52.

Gráfico 11: Receitas Diretas



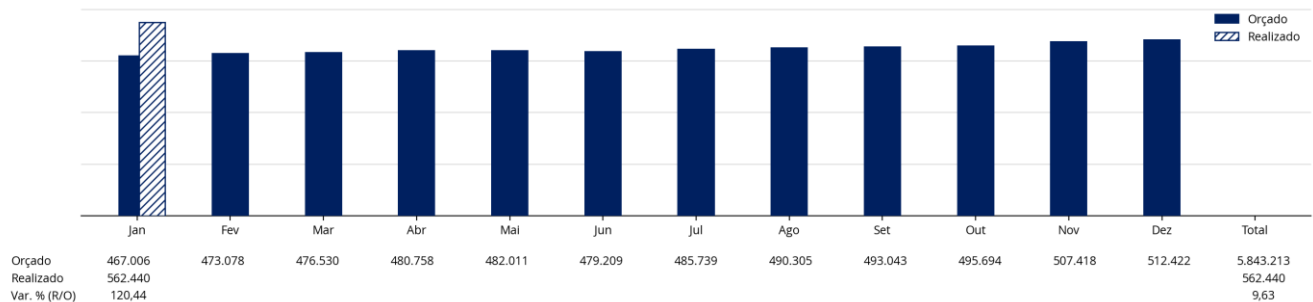
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.3. Resultado Líquido dos Investimentos

O resultado líquido de investimentos do PGA é determinado pela diferença entre as receitas auferidas e as despesas incorridas nas aplicações financeiras. Esse saldo evidencia o ganho ou a perda líquida do PGA decorrente de sua atividade de investimento.

No mês, o realizado ficou 20,44% acima do orçamento, refletindo resultado de investimentos superior ao previsto, em razão de rentabilidade das aplicações financeiras acima do esperado. A projeção para dezembro de 2026, por sua vez, indica execução superior ao planejado, com realização estimada 1,63% acima do previsto e receita anual projetada de R\$ 5.938.647,07.

Gráfico 12: Resultado Líquido dos Investimentos do PGA



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

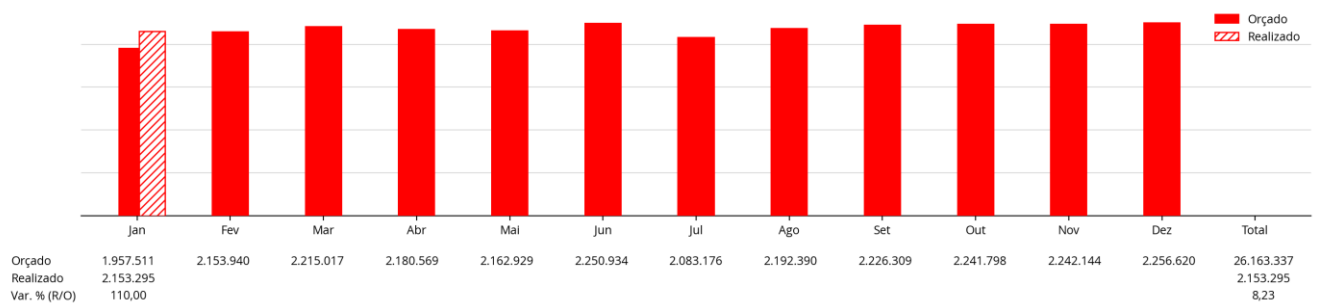
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.2.4. Pessoal e Encargos

As despesas com pessoal e encargos abrangem os pagamentos efetuados no mês relativos à folha de pagamento dos empregados, próprios e cedidos, de conselheiros e de membros de comitês, bem como as despesas incorridas com a concessão de benefícios, como auxílios saúde, alimentação e creche, além daquelas referentes a estagiários.

No mês, o realizado ficou 10,00% acima do orçamento, evidenciando superação pontual. Para dezembro de 2026, a projeção indica execução em linha com o planejado, com realização estimada 0,75% acima do previsto e despesa anual projetada em R\$ 26.359.121,31.

O IG_{PER} - Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa projeta-se em 54,30%, abaixo da meta orçada de 56,45%, indicando comportamento favorável com desvio negativo de 2,15 pontos percentuais. Já o IG_{PED} - Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa estima-se em 59,83%, ligeiramente acima da meta orçada de 59,37%, com desvio positivo de 0,46 ponto percentual, sugerindo equilíbrio relativo nas despesas de pessoal em relação às metas estabelecidas.

Gráfico 13: Pessoal e Encargos


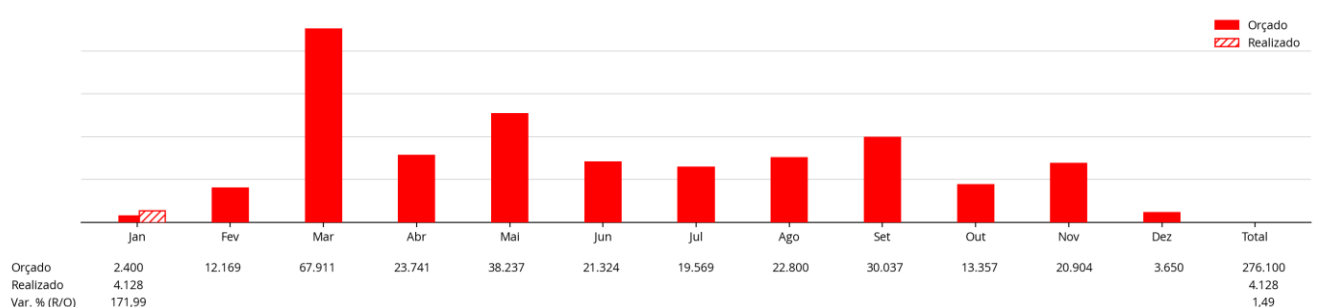
Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Explicações das áreas gestoras: No mês, o desvio observado na rubrica Pessoal e Encargos decorreu, principalmente, do aumento no desembolso com Férias. Trata-se de variação pontual, sem impacto estrutural, compatível com oscilações inerentes à gestão de férias, que pode concentrar pagamentos em determinados períodos em função do calendário de fruição, de ajustes de programação no fim do exercício e de eventuais acertos decorrentes de movimentações de pessoal, como desligamentos com quitação de férias proporcionais ou indenizadas. No detalhamento das principais variações financeiras, destaca-se, como já sinalizado, Férias, com orçado de R\$ 255.286 e realizado de R\$ 318.684, resultando em variação positiva de R\$ 63.399.

4.2.5. Treinamentos

No mês, o realizado ficou 71,99% acima do orçado, evidenciando superação pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de R\$ 277.827,65.

Gráfico 14: Treinamentos/Congressos/Seminários


Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Explicações das áreas gestoras: O desvio decorreu da estratégia de capacitação adotada, combinada ao custeio de treinamentos obrigatórios e a premissas orçamentárias conservadoras para Bolsas de Estudo, o que concentrou pagamentos de pós-graduação e capacitações no período, sem alteração da diretriz institucional. No detalhamento das principais variações financeiras, destacam-se Bolsas de Estudo, com

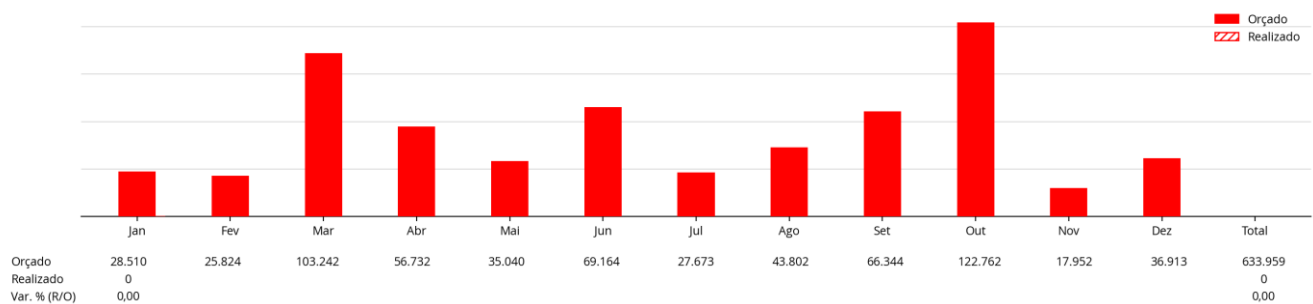
orçado de R\$ 2.400 e realizado de R\$ 3.538, resultando em variação positiva de R\$ 1.138, e Treinamentos Presenciais, sem dotação orçamentária no período e com execução de R\$ 590, em razão de capacitação obrigatória junto à Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência (Ancep).

4.2.6. Viagens e Estadias

A rubrica Viagens e Estadias engloba todas as despesas referentes aos deslocamentos para fins de presença institucional realizadas pelos empregados, dirigentes, conselheiros e convidados da Entidade.

No mês, não houve dispêndios. A projeção para dezembro de 2026 indica execução inferior ao planejado, com realização estimada 4,50% abaixo do previsto e despesa anual projetada de R\$ 605.448,42.

Gráfico 15: Viagens e Estadias



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

🚧 Explicações das áreas gestoras: O desvio observado decorreu da não realização das viagens previstas para o período, o que resultou em ausência de desembolsos nas naturezas Passagens e Diárias de Conselheiros. Dessa forma, não houve execução nas rubricas Passagens e Diárias de Conselheiros: para Passagens, o orçamento previsto foi de R\$ 15.015 e, para Diárias de Conselheiros, de R\$ 13.495.

4.2.7. Serviços de Terceiros

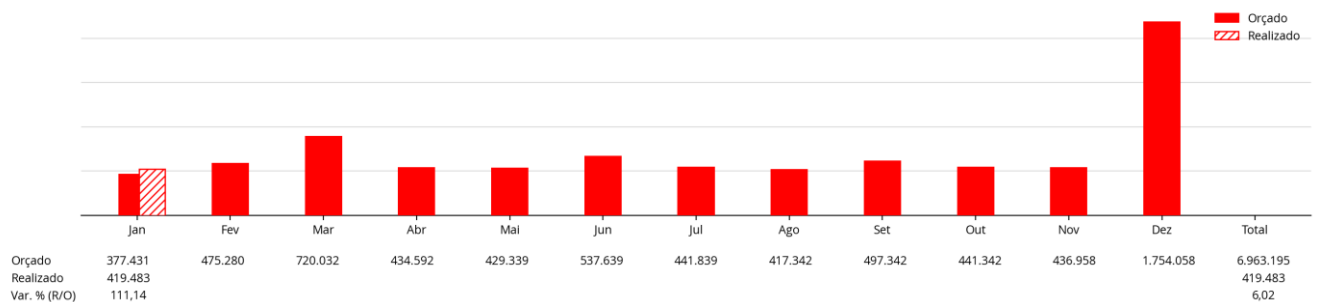
Representam as despesas decorrentes de contratações com terceiros para a prestação de serviços nas áreas de consultoria, assessoria, auditoria e correlatas, tais como serviços atuariais, contábeis, jurídicos, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de gestão e planejamento estratégico, auditoria contábil, auditoria atuarial e de benefícios, consultorias e serviços de investimentos, bem como serviços de conservação e manutenção, entre outros.

Houve disponibilização orçamentária para novas contratações no mês para a Gerência de Comunicação e Marketing, no valor de R\$ 500,00, contemplando Impulsionamento de mídias sociais, visando ampliar o alcance das campanhas digitais e fortalecer a presença institucional nas redes sociais; e para a Gerência de Gestão de

Pessoas, no valor de R\$ 31.000,00, contemplando Programa de Liderança Evolucionária, com o objetivo de desenvolver líderes conscientes e conectados, capazes de integrar propósito, pessoas e resultados organizacionais.

No mês, o realizado ficou 11,14% acima do orçado, evidenciando superação pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de R\$ 7.005.247,65.

Gráfico 16: Serviços de Terceiros



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Explicações das áreas gestoras: O desvio decorreu, principalmente, de despesas não previstas com licenças de software (renovação do Bitbucket e contratação do Cursor), elevando a rubrica de Tecnologia da Informação, além de pressões adicionais em Terceirização de Mão de Obra e em Consultoria de Gestão e Planejamento, acima das premissas orçamentárias. No detalhamento das principais variações financeiras, destaca-se Tecnologia da Informação, com orçado de R\$ 55.968 e realizado de R\$ 115.426, resultando em variação positiva de R\$ 59.458. Em seguida, Terceirização de Mão de Obra apresentou orçado de R\$ 235.896 e realizado de R\$ 265.282, com acréscimo de R\$ 29.386. Por fim, Consultoria de Gestão e Planejamento registrou orçado de R\$ 6.596 e realizado de R\$ 19.863, totalizando variação positiva de R\$ 13.267.

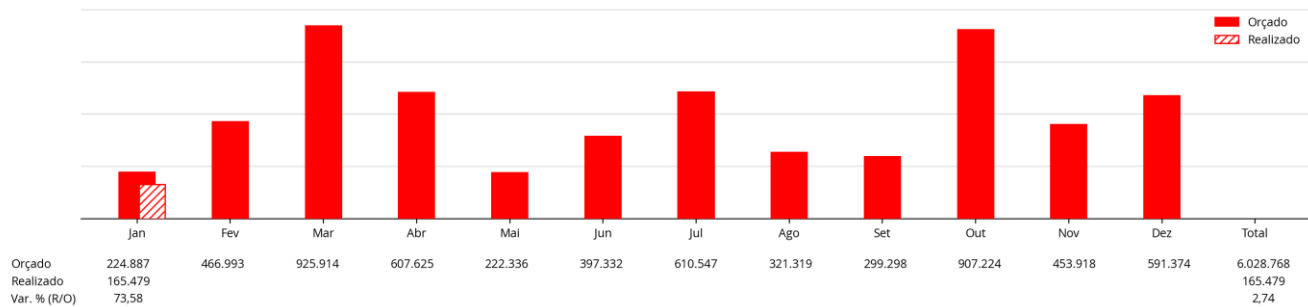
4.2.8. Despesas Gerais

Abrangem as demais despesas de consumo dos centros de custos ou das atividades da Funpresp-Jud, excetuadas aquelas já classificadas em Serviços de Terceiros, tais como energia elétrica, telecomunicações e comunicações, consumo de água e esgoto, aluguéis e taxa de condomínio de imóvel de uso próprio, publicidade e propaganda, brindes, anúncios e publicações, material de informática e de escritório, entre outras.

Houve disponibilização orçamentária para novas contratações no mês para a Gerência de Tecnologia e Informação, no valor total de R\$ 2.000,00, contemplando Certificado Digital, visando garantir integridade, confidencialidade e autenticidade nas transações eletrônicas e assinaturas digitais; e para a Gerência de Investimentos, no valor total de R\$ 17.000,00, contemplando Acesso API Broadcast, com o objetivo de automatizar a coleta e análise de dados financeiros via integração com plataforma de dados de mercado, e BitBucket, visando hospedar e versionar código com rastreabilidade colaborativa e controle de acesso centralizado.

No mês, o realizado ficou 26,42% abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de R\$ 5.969.359,91.

Gráfico 17: Despesas Gerais



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

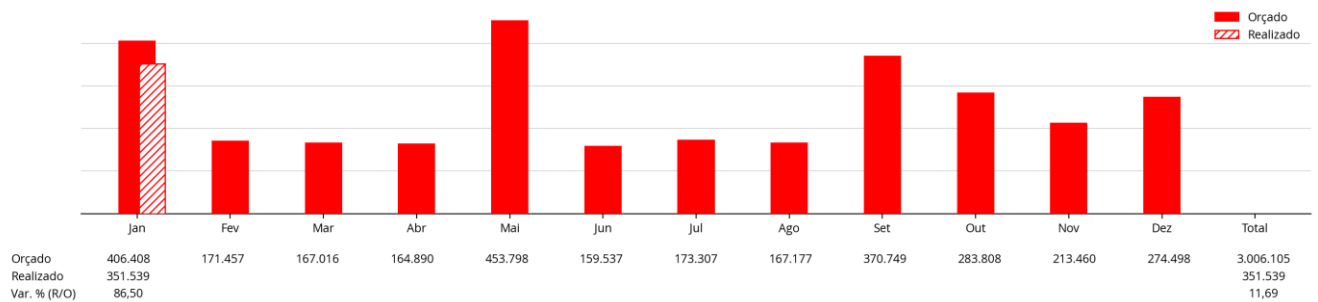
Explicações das áreas gestoras: O desvio no período decorreu, sobretudo, da não execução de contratações previstas e da realocação de despesas para outras rubricas. Não houve contratação do módulo de acesso via API do Broadcast (R\$ 15.000), pois foi solicitado período de testes; a contratação deverá ser retomada em abril de 2026, com proposta atualizada. A hospedagem em nuvem (R\$ 23.000) foi registrada em Serviços de Terceiros, e o certificado digital (R\$ 2.000) não será contratado, pois houve renovação em 2025. A energia elétrica ficou abaixo do previsto por cobrança apenas da sala 803. No detalhamento das principais variações em valor financeiro, destacam-se: Aquisição de Licença de Software, com orçado de R\$ 31.500 e realizado de R\$ 502, resultando em redução de R\$ 30.998; Assinaturas, Publicações e Periódicos, com orçado de R\$ 61.866 e realizado de R\$ 34.860, com redução de R\$ 27.006; e Energia Elétrica, com orçado de R\$ 16.000 e realizado de R\$ 8.802, com redução de R\$ 7.198.

4.2.9. Tributos

A rubrica orçamentária Tributos registra as despesas com o recolhimento de impostos, taxas e contribuições compulsórias, com ou sem contraprestação estatal, excetuados os tributos relacionados a pessoal e encargos, abrangendo obrigações decorrentes do exercício do órgão regulador ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis prestados à EFPC ou postos à sua disposição, tais como tributos sobre a renda, sobre bens e serviços, de natureza alfandegária e sobre propriedades, entre outros, com destaque para PIS, Cofins, Tatic e IPTU.

No mês, o realizado ficou 13,50% abaixo do orçado, evidenciando subexecução pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de R\$ 2.951.236,29.

Gráfico 18: Tributos



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

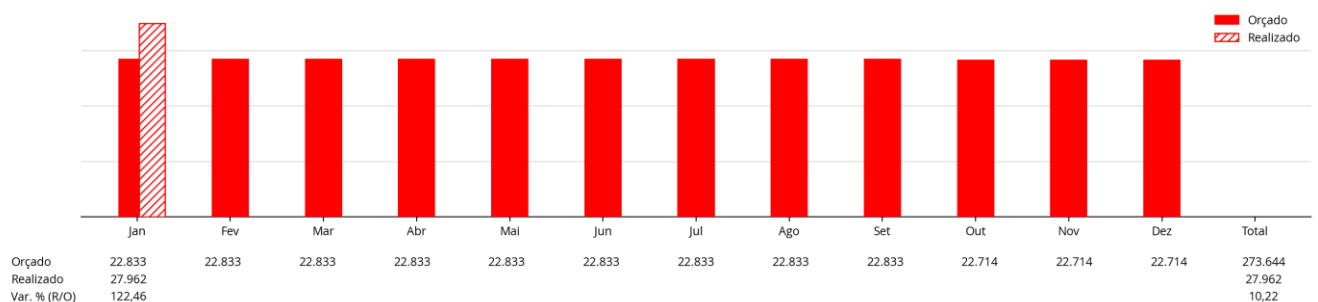
Explicações das áreas gestoras: O recolhimento de tributos é estimado com base na expectativa de receitas de dezembro de 2025, uma vez que a apuração e o pagamento ocorrem no mês subsequente à arrecadação. Como as receitas totais auferidas em dezembro ficaram abaixo do patamar esperado, os valores efetivamente recolhidos também se reduziram, gerando subexecução nas rubricas vinculadas a depósitos judiciais (Pis e Cofins). No detalhamento das principais variações em valor financeiro, destacam-se Depósitos Judiciais - Cofins, com orçado de R\$ 177.383 e realizado de R\$ 130.356, resultando em redução de R\$ 47.027, e Depósitos Judiciais - PIS, com orçado de R\$ 29.025 e realizado de R\$ 21.183, com redução de R\$ 7.842.

4.2.10. Depreciação e Amortização

As despesas com depreciação e amortização decorrem da alocação sistemática do valor de um ativo com vida útil econômica limitada, ao longo de sua vida útil. A depreciação aplica-se a elementos patrimoniais tangíveis e decorre, entre outros fatores, do desgaste pelo uso, da ação da natureza e da obsolescência, iniciando-se a partir do momento em que o item do ativo se torna disponível para uso. A amortização, por sua vez, incide sobre direitos de propriedade e bens intangíveis.

No mês, o realizado ficou 22,46% acima do orçado, evidenciando superação pontual. A projeção para dezembro de 2026 indica execução em linha com o planejado, com realização estimada de R\$ 278.772,30.

Gráfico 19: Depreciação e Amortização



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

📌 Explicações das áreas gestoras: A variação a maior na despesa de depreciação decorreu do ritmo de aquisições de itens passíveis de patrimonialização no último trimestre de 2025, após a etapa de planejamento orçamentário, o que ampliou a base de ativos depreciáveis da Entidade e elevou o encargo mensal. No detalhamento das principais variações em valor financeiro, evidencia-se Depreciação, com orçado de R\$ 22.833 e realizado de R\$ 27.962, resultando em variação positiva de R\$ 5.129.

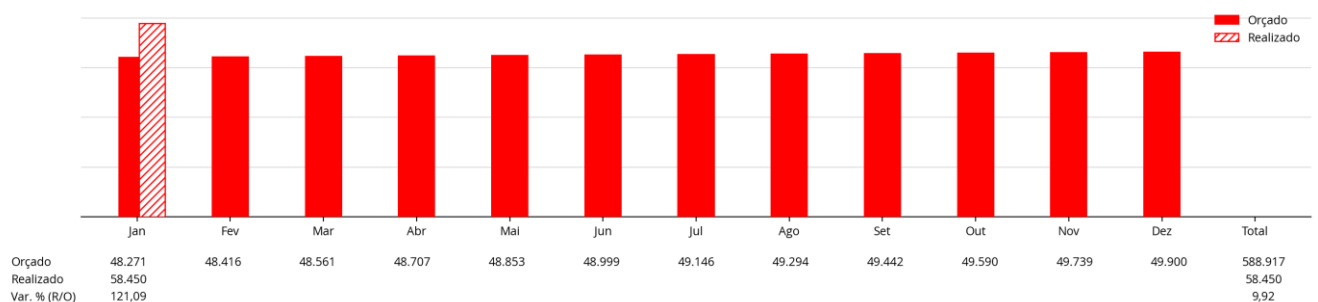
4.2.11. Correção Empréstimo Patrocinador

A rubrica Correção Empréstimo Patrocinador registra a atualização monetária incidente sobre o saldo do empréstimo inicial concedido pelos patrocinadores à Funpresp-Jud por ocasião de sua criação. Sua apuração observa os critérios de correção e de remuneração do saldo devedor, com base no IPCA, refletindo, no período de competência, a variação correspondente.

No mês de referência, a correção do empréstimo apresentou realização 21,09% superior ao valor orçado, em decorrência da aplicação do IPCA/IBGE de 0,33% sobre o saldo do empréstimo, percentual acima da taxa mensal prevista no orçamento.

No período, o saldo passou de R\$ 17.712.078,37 para R\$ 17.770.528,23, acréscimo de R\$ 58.449,86 no mês. Em relação ao saldo de 1º/jan, de R\$ 17.712.078,37, verifica-se variação acumulada de 0,33% até o mês de referência. Para o encerramento de 2026, projeta-se saldo de R\$ 18.568.258,70, com correção acumulada estimada em R\$ 599.095,66, não dispondo-se do desvio percentual puro da projeção anual versus o orçado até dezembro.

Gráfico 20: Correção Empréstimo Patrocinador



Fonte: Módulo financeiro do TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.3. Projeção da Evolução do Ativo do PGA em 2026

A análise do patrimônio do Plano de Gestão Administrativa em 2026, contemplando a evolução das despesas relacionadas ao empréstimo e a composição patrimonial,

evidencia a atenção da Entidade à manutenção de uma gestão financeira estratégica e eficaz ao longo do exercício.

O saldo atual do patrimônio do PGA no mês de referência é de R\$ 60.743.090,21, apresentando crescimento de 0,42% em relação ao saldo inicial de R\$ 60.486.679,73 registrado em 1º/jan. O resultado do mês foi positivo, no valor de R\$ 256.410,48, indicando geração interna de recursos e crescimento do patrimônio no período.

O patrimônio é composto principalmente pelo capital investido, que totaliza R\$ 48.848.946,23, acrescido dos depósitos judiciais relativos a PIS e Cofins, no montante de R\$ 10.607.257,33, e do ativo imobilizado e intangível, além de outros itens do ativo, que somam R\$ 1.286.886,65. A projeção do patrimônio para 31/12 é de R\$ 65.149.127,34, o que representa crescimento acumulado de 7,71% em relação ao saldo inicial.

Tabela 3: Projeção da Evolução do Patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Patrimônio Inicial PGA	60.486.680	60.743.090	61.414.139	61.704.069	61.765.795	61.153.428	60.767.725	60.674.458	61.027.711	61.134.613	63.117.918	64.235.667
Receitas Administrativas	3.436.746	3.687.257	3.591.742	3.546.021	3.436.511	3.430.901	3.727.021	3.595.212	3.672.017	6.103.400	4.590.539	5.903.190
<i>Taxa de Carregamento</i>	2.515.004	3.037.366	2.926.484	2.864.618	2.741.940	2.727.216	3.004.891	2.856.600	2.918.751	3.335.567	3.799.067	5.094.797
<i>Receitas Diretas</i>	181.461	176.813	188.729	200.644	212.560	224.476	236.392	248.307	260.223	2.272.139	284.054	295.970
<i>Resultado Líquido dos investimentos</i>	562.440	473.078	476.530	480.758	482.011	479.209	485.739	490.305	493.043	495.694	507.418	512.422
<i>Outros Itens do Ativo</i>	177.841											
Despesas Administrativas	3.180.335	3.016.208	3.301.813	3.484.295	4.048.878	3.816.604	3.820.288	3.241.959	3.565.114	4.120.095	3.472.790	4.989.729
<i>Pessoal e Encargos</i>	2.153.295	2.153.940	2.215.017	2.180.569	2.162.929	2.250.934	2.083.176	2.192.390	2.226.309	2.241.798	2.242.144	2.256.620
<i>Treinamentos</i>	4.128	12.169	67.911	23.741	38.237	21.324	19.569	22.800	30.037	13.357	20.904	3.650
<i>Viagens e Estádias</i>	0	25.824	103.242	56.732	35.040	69.164	27.673	43.802	66.344	122.762	17.952	36.913
<i>Serviços de Terceiros</i>	419.483	395.732	402.532	434.592	414.339	525.139	808.887	417.342	497.342	478.842	451.958	1.754.058
<i>Despesas Gerais</i>	165.479	185.836	274.701	552.232	872.849	718.672	635.697	326.319	302.059	907.224	453.919	591.374
<i>Tributos</i>	351.539	171.457	167.016	164.890	453.798	159.537	173.307	167.177	370.749	283.808	213.460	274.498
<i>Depreciação e Amortização</i>	27.962	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.714	22.714	22.714
<i>Correção Empréstimo Patrocinador</i>	58.450	48.416	48.561	48.707	48.853	48.999	49.146	49.294	49.442	49.590	49.739	49.900
Resultado Administrativo	256.410	671.049	289.930	61.726	(612.367)	(385.703)	(93.267)	353.253	106.902	1.983.304	1.117.749	913.460
Patrimônio Final PGA	60.743.090	61.414.139	61.704.069	61.765.795	61.153.428	60.767.725	60.674.458	61.027.711	61.134.613	63.117.918	64.235.667	65.149.127

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

4.4. Projeção da Evolução do Fundo Administrativo em 2026

O Fundo Administrativo dos planos de benefícios de caráter previdenciário corresponde ao fundo constituído pela diferença apurada entre as fontes de custeio administrativo e as despesas da gestão administrativa, destinando-se à cobertura dos gastos incorridos pela Entidade na administração de seus planos. Sua constituição e sua utilização observam o regulamento do PGA.

A projeção da evolução do Fundo Administrativo em 2026 tem por objetivo estimar, ao longo do exercício, o comportamento desse saldo, considerando as expectativas de arrecadação das fontes de custeio administrativo e a tendência de execução das despesas administrativas. Tal acompanhamento permite avaliar a suficiência do fundo para suportar os dispêndios planejados, orientar medidas de ajuste quando necessárias e reforçar a sustentabilidade da gestão administrativa, preservando o equilíbrio entre receitas e despesas e a adequada segregação da participação dos planos.

O saldo do Fundo Administrativo no mês de referência é de R\$ 28.586.643,57, apresentando um crescimento em relação ao saldo inicial de 1º/jan, que foi de R\$ 28.508.073,57, o que representa uma variação percentual positiva de aproximadamente 0,28%. O resultado administrativo do mês foi positivo em R\$ 78.569,57, indicando que houve geração interna de recursos e, conseqüentemente, crescimento do Fundo neste período.

Quanto à utilização do Fundo, está projetada a sua utilização nos meses posteriores ao mês de referência que apresentam resultado negativo. Se prevê a utilização do Fundo em Maio, com um valor negativo de R\$ 612.367,05. Se prevê a utilização do Fundo em Junho, com um valor negativo de R\$ 385.702,71. Se prevê a utilização do Fundo em Julho, com um valor negativo de R\$ 93.266,97. Dessa forma, caso realizados os valores projetados, o Fundo será acionado para cobrir déficits nesses períodos, garantindo a estabilidade financeira diante desses resultados negativos.

O saldo estimado do Fundo em 31/12 é de R\$ 32.992.680,70, o que representa um crescimento percentual acumulado de 15,73% em relação ao saldo inicial de 1º/jan. Apesar das utilizações pontuais previstas, a trajetória evidencia crescimento consistente e manutenção da capacidade de cobertura ao longo do exercício, assegurando a saúde financeira do Fundo Administrativo durante o ano.

Tabela 4: Projeção da Evolução do Fundo Administrativo

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Receitas Administrativas	3.258.905	3.687.257	3.591.742	3.546.021	3.436.511	3.430.901	3.727.021	3.595.212	3.672.017	6.103.400	4.590.539	5.903.190
<i>Taxa de Carregamento</i>	2.515.004	3.037.366	2.926.484	2.864.618	2.741.940	2.727.216	3.004.891	2.856.600	2.918.751	3.335.567	3.799.067	5.094.797
<i>Receitas Diretas</i>	181.461	176.813	188.729	200.644	212.560	224.476	236.392	248.307	260.223	2.272.139	284.054	295.970
<i>Resultado Líquido dos investimentos</i>	562.440	473.078	476.530	480.758	482.011	479.209	485.739	490.305	493.043	495.694	507.418	512.422
Despesas Administrativas	3.180.335	3.016.208	3.301.813	3.484.295	4.048.878	3.816.604	3.820.288	3.241.959	3.565.114	4.120.095	3.472.790	4.989.729
<i>Pessoal e Encargos</i>	2.153.295	2.153.940	2.215.017	2.180.569	2.162.929	2.250.934	2.083.176	2.192.390	2.226.309	2.241.798	2.242.144	2.256.620
<i>Treinamentos</i>	4.128	12.169	67.911	23.741	38.237	21.324	19.569	22.800	30.037	13.357	20.904	3.650
<i>Viagens e Estadias</i>	0	25.824	103.242	56.732	35.040	69.164	27.673	43.802	66.344	122.762	17.952	36.913
<i>Serviços de Terceiros</i>	419.483	395.732	402.532	434.592	414.339	525.139	808.887	417.342	497.342	478.842	451.958	1.754.058
<i>Despesas Gerais</i>	165.479	185.836	274.701	552.232	872.849	718.672	635.697	326.319	302.059	907.224	453.919	591.374
<i>Tributos</i>	351.539	171.457	167.016	164.890	453.798	159.537	173.307	167.177	370.749	283.808	213.460	274.498
<i>Depreciação e Amortização</i>	27.962	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.833	22.714	22.714	22.714
<i>Correção Empréstimo Patrocinador</i>	58.450	48.416	48.561	48.707	48.853	48.999	49.146	49.294	49.442	49.590	49.739	49.900
Resultado Administrativo	78.570	671.049	289.930	61.726	(612.367)	(385.703)	(93.267)	353.253	106.902	1.983.304	1.117.749	913.460
Fundo Administrativo	28.586.644	29.257.693	29.547.622	29.609.348	28.996.981	28.611.278	28.518.011	28.871.264	28.978.167	30.961.471	32.079.220	32.992.681

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

5. Indicadores de Gestão

A apuração e o acompanhamento dos Indicadores de Gestão têm como finalidade permitir a análise da composição das receitas e despesas administrativas da Funpresp-Jud, bem como monitorar a evolução do Fundo Administrativo. Esses indicadores são utilizados para apoiar o controle da execução orçamentária, avaliar a sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa e atender às exigências regulatórias aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Com a entrada em vigor da Resolução CNPC nº 62, de 9/12/2024, a Funpresp-Jud revisou e atualizou sua estrutura de indicadores, com o objetivo de alinhar as metodologias adotadas internamente às diretrizes estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Esse alinhamento também considera os critérios utilizados no Relatório de Despesas Administrativas das EFPC, publicado anualmente pelo órgão regulador.

No exercício de 2026, a Fundação passou a acompanhar um total de onze indicadores de gestão. As definições, metodologias de cálculo e finalidades de cada indicador constam no Quadro 3 deste relatório:

Quadro 3: Indicadores de Gestão - Composição

Indicador	Definição	Finalidade	Metodologia
IG_{RPC} Receita Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNPC 62/2024, art. 14, II, 1.a)	Relação entre a receita total da gestão administrativa acumulada em 12 meses e o número total de participantes	Demonstrar o valor médio da receita administrativa por participante, permitindo avaliar a adequação da arrecadação ao custeio do PGA	(Conta 4.01) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IG_{RCP (novo)} Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciárias Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, II, 1.b)	Relação entre a receita administrativa mensal e o total das contribuições previdenciárias no mesmo período	Avaliar a proporção da taxa de carregamento em relação às receitas previdenciárias, conforme os limites do art. 20, II da Resolução CNPC nº 62/2024	(Conta 4.01) / (Conta 3.01)
IG_{DPC} Despesa Administrativa <i>Per Capita</i> Ref.: Reais (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.a)	Relação entre o total das despesas administrativas acumuladas em 12 meses e o número total de participantes	Apresentar os gastos administrativos por participante, possibilitando comparações entre EFPCs conforme suas características estruturais e operacionais	(Conta 4.02) / (Total de participantes ativos, assistidos e pensionistas)
IG_{DRG} Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.b)	Relação entre as despesas administrativas em 12 meses e o saldo dos recursos garantidores	Demonstrar quanto das despesas administrativas representam em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios	(Conta 4.02) / (Conta 1.01 + Conta 1.02.03 - Conta 2.01.03)
IG_{DAT} Despesa Administrativa sobre Ativo Total Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.c)	Relação entre as despesas administrativas e o ativo total da entidade no período de 12 meses	Avaliar os custos administrativos em relação ao volume total de ativos sob gestão	(Conta 4.02) / (Conta 1 - Saldo)
IG_{FAD} Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa Ref.: Tempo em Meses (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.d)	Relação entre o saldo do Fundo Administrativo e o total das despesas administrativas mensais	Indicar o tempo, em meses, que o saldo do fundo seria capaz de cobrir as despesas administrativas, caso utilizado como fonte exclusiva de custeio	(Conta 2.03.02.02) / (Conta 4.02)
IG_{DR} Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNPC 62/2024, art. 14, III, 1.e)	Relação entre o total das despesas administrativas e o total das receitas administrativas acumuladas em 12 meses	Avaliar o equilíbrio entre as receitas e despesas administrativas. Um valor superior a 1 indica necessidade de complementação por outras fontes de custeio	(Conta 4.02) / (Conta 4.01)
IG_{DORC} Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa	Relação entre as despesas administrativas efetivamente executadas e o orçamento	Avaliar o grau de aderência entre a execução orçamentária e o planejamento anual	(Conta 4.02) / (Despesa administrativa orçada)

Orçada Ref.: Percentual (CNPc 62/2024, art. 14, III, 1.f)	aprovado para o exercício, considerando a base acumulada		
IGPER Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa Ref.: Percentual (CNPc 62/2024, art. 14, IV, 1.a)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das receitas administrativas em 12 meses	Mensurar a participação dos custos com pessoal sobre a receita administrativa da EFPC	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.01)
IGPED Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa Ref.: Percentual (CNPc 62/2024, art. 14, IV, 1.b)	Relação entre os custos com folha de pagamento e encargos e o total das despesas administrativas em 12 meses	Mensurar a proporção das despesas com pessoal em relação ao total das despesas administrativas	(Conta 4.02.01.01) / (Conta 4.02)
IGFA Evolução do Fundo Administrativo Ref.: Índice de Variação (CNPc 62/2024, art. 14, V)	Relação entre o saldo final e o saldo inicial do Fundo Administrativo, considerando a variação acumulada no período	Acompanhar a evolução do fundo administrativo ao longo do tempo. Valores acima de 1 indicam crescimento; abaixo de 1, redução.	(Conta 2.03.02.02 – Saldo Atual) / (Conta 2.03.02.02 – Saldo Anterior)

Fonte: Gerência de Contabilidade (Gcont).

Elaboração: Diretoria de Administração (Dirad); Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Dado o histórico de financiamento da Funpresp-Jud, que foi estruturada a partir de empréstimos iniciais concedidos pelos patrocinadores, parte das despesas administrativas inclui a correção financeira sobre o saldo desse empréstimo. Essa característica contábil não se aplica à maioria das entidades fechadas de previdência complementar e, por isso, pode distorcer a comparação direta dos indicadores.

Para mitigar esse efeito, a Fundação adota, para indicadores de despesa, duas versões de meta: uma meta orçamentária ordinária, que considera integralmente todas as despesas, inclusive as financeiras, conforme os critérios da Previc; e uma meta ajustada, que desconsidera a despesa com a correção do empréstimo inicial, permitindo comparações mais equitativas com outras entidades do setor. As metas estabelecidas para o exercício de 2026, assim como os resultados apurados em Janeiro do mesmo ano, estão apresentados no Quadro 4:

Quadro 4: Indicadores de Gestão – Janeiro/2026

Indicadores de Gestão	Leitura	Meta Orçamento 2026 (Dez)	Meta Ajustada Orçamento 2026 (Dez)	Projeção Janeiro/2026
Eficiência de Custo				
IG _{DR} Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa	Menor é melhor	94,54	90,00	90,76
IG _{DORC} Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada	Menor é melhor	95,00	95,00	100,30
IG _{PER} Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa	Menor é melhor	56,45	-	54,30
IG _{PED} Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa	Menor é melhor	59,37	63,07	59,83
Per Capita				
IG _{RPC} Receita Administrativa <i>Per Capita</i>	Maior é melhor	1.211,51	-	1.264,23
IG _{DPC} Despesa Administrativa <i>Per Capita</i>	Menor é melhor	1.151,94	1.084,39	1.147,44
Sustentabilidade				
IG _{RCP} Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais	Maior é melhor	2,44	-	4,20
IG _{DRG} Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores	Menor é melhor	0,86	0,81	0,57
IG _{DAT} Despesa Administrativa sobre Ativo Total	Menor é melhor	0,58	0,55	0,57
Fundo Administrativo				

IG _{FAD} Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa	Maior é melhor	3,59	7,40	8,99
IG _{FA} Evolução do Fundo Administrativo	Maior é melhor	1,08	1,07	1,16

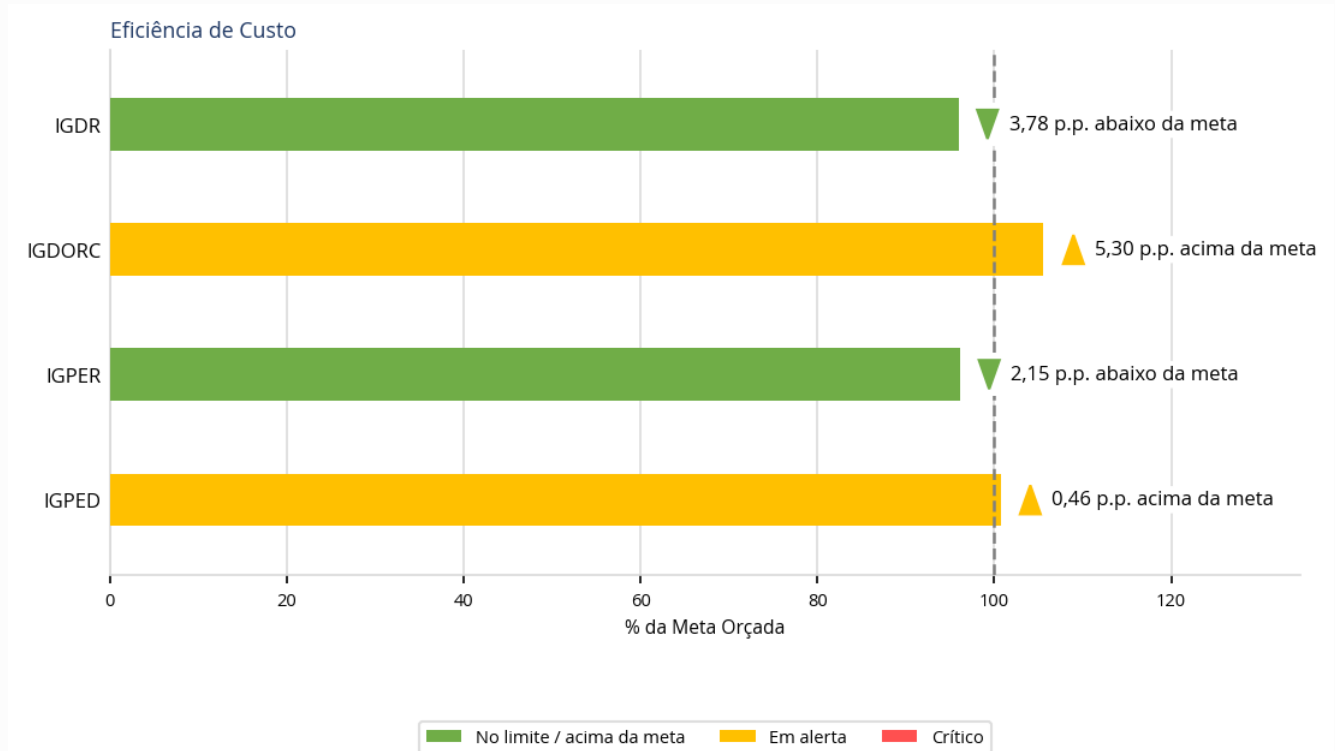
Fonte: Caderno Orçamentário de 2026.

Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Os gráficos apresentados na sequência permitem visualizar, de forma direta, em que medida cada indicador se aproxima, supera ou fica aquém da sua respectiva meta. Para facilitar a comparação entre indicadores de naturezas distintas, o eixo horizontal não exibe o valor bruto de cada um, mas sim o percentual de atingimento da meta, uma régua comum que coloca todos os indicadores em uma mesma escala. Sob essa lógica, a meta orçada equivale sempre a 100%, e é representada pela linha pontilhada vertical que atravessa o gráfico. Cada barra mostra o quanto o valor projetado para dezembro de 2026 se aproxima dessa referência: barras menores que 100% indicam que o indicador está aquém do valor da meta; barras maiores que 100% indicam que o ultrapassou.

Para interpretar corretamente cada barra, é preciso observar a natureza do indicador, informação registrada na coluna Leitura do Quadro 4 acima. Há indicadores em que “maior é melhor”, geralmente associados a receitas, cobertura e evolução patrimonial, para os quais o desejável é que a barra alcance ou ultrapasse a linha de 100%. E há indicadores em que “menor é melhor”, associados, em regra, ao peso das despesas administrativas, para os quais o ideal é que a barra permaneça aquém da linha de 100%, sinalizando que o gasto se manteve dentro do limite previsto. Em ambos os casos, a expressão “desvio favorável” indica que o resultado se moveu na direção desejada pela gestão; “desvio desfavorável”, o contrário.

O sistema de cores complementa essa leitura, oferecendo um diagnóstico imediato. As barras em verde indicam que o indicador está dentro do limite ou em posição favorável em relação à meta. As barras em amarelo sinalizam alerta, com desvio desfavorável de pequena magnitude, sugerindo acompanhamento. Em caso de barras na cor vermelha, estas apontam desvio crítico, indicando situações que demandam atenção da gestão e, eventualmente, medidas corretivas. Os percentuais que aparecem ao final de cada barra correspondem, portanto, ao grau de atingimento da meta, e podem ser cruzados com os valores absolutos de cada indicador apresentados no Quadro 4.

Gráfico 21: Indicadores de Gestão – Eficiência de Custo


Fonte: Balançetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).
 Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A projeção elaborada em janeiro de 2026 para o encerramento do exercício indica que o IG_{DR} - Despesa Administrativa sobre Receita Administrativa poderá alcançar 90,76%, situando-se 3,78 pontos percentuais abaixo da meta orçada de 94,54%, o que representa um desvio favorável. Esse resultado sinaliza uma boa eficiência na relação entre despesas e receitas administrativas, ficando abaixo do limite máximo previsto, embora esteja 0,76 pontos percentuais acima da meta ajustada de 90,00%.

Por outro lado, o IG_{DORC} - Despesa Administrativa Realizada sobre Despesa Administrativa Orçada projeta 100,30%, situando-se 5,30 pontos percentuais acima da meta orçada de 95,00%, configurando um desvio desfavorável. Essa situação de alerta evidencia uma execução orçamentária que ultrapassa o planejado, indicando necessidade de maior controle para evitar extrapolação das despesas administrativas.

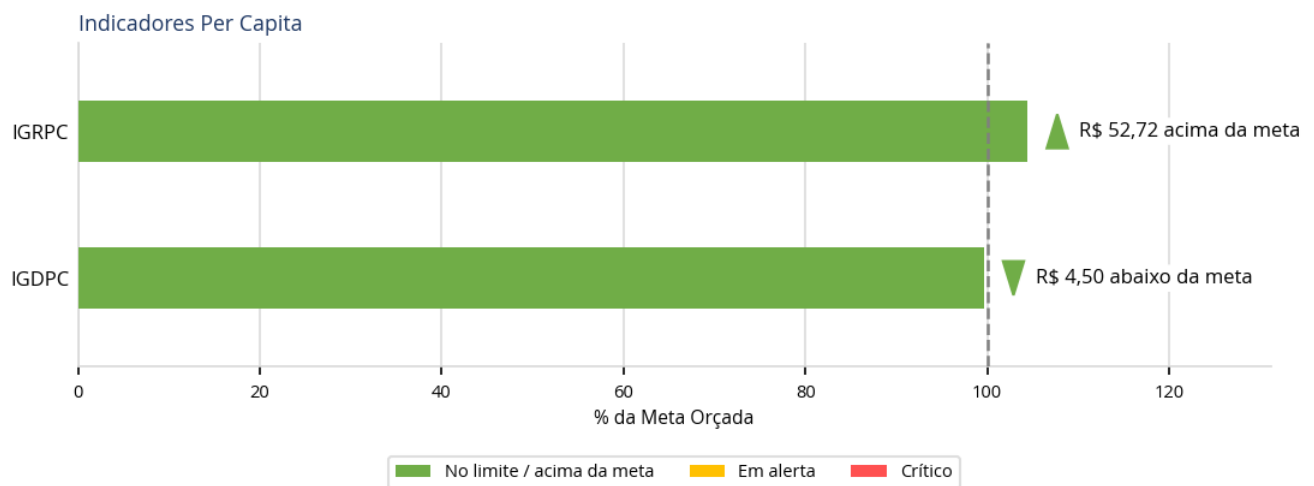
Quanto ao IG_{PER} - Despesas com Pessoal sobre Receita Administrativa, a projeção aponta 54,30%, ficando 2,15 pontos percentuais abaixo da meta orçada de 56,45%, caracterizando um desvio favorável. Tal resultado demonstra um peso das despesas com pessoal sobre a receita administrativa menor do que o previsto, o que pode indicar eficiência na gestão dos custos de pessoal.

Por fim, o IG_{PERD} - Despesas com Pessoal sobre Despesa Administrativa projeta 59,83%, situando-se 0,46 pontos percentuais acima da meta orçada de 59,37%, configurando um desvio desfavorável e sinalizando alerta. Contudo, esse valor está 3,24 pontos percentuais abaixo da meta ajustada de 63,07%, o que sugere que, apesar do

pequeno excesso em relação à meta orçada, o indicador permanece dentro de parâmetros aceitáveis considerando o ajuste.

Em síntese, a análise dos indicadores de eficiência de custo da Funpresp-Jud para 2026 revela uma tendência geral de controle eficiente das despesas em relação às receitas administrativas, com destaque para o IG_{DR} e o IG_{PER} apresentando desvios favoráveis. Entretanto, a execução orçamentária medida pelo IG_{DORC} e o peso das despesas com pessoal sobre a despesa administrativa pelo IG_{PED} merecem atenção, pois indicam riscos de ultrapassagem dos limites planejados, demandando ações corretivas para garantir a sustentabilidade financeira e a eficiência operacional da entidade.

Gráfico 22: Indicadores de Gestão – Per Capita



Fonte: Balancetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).

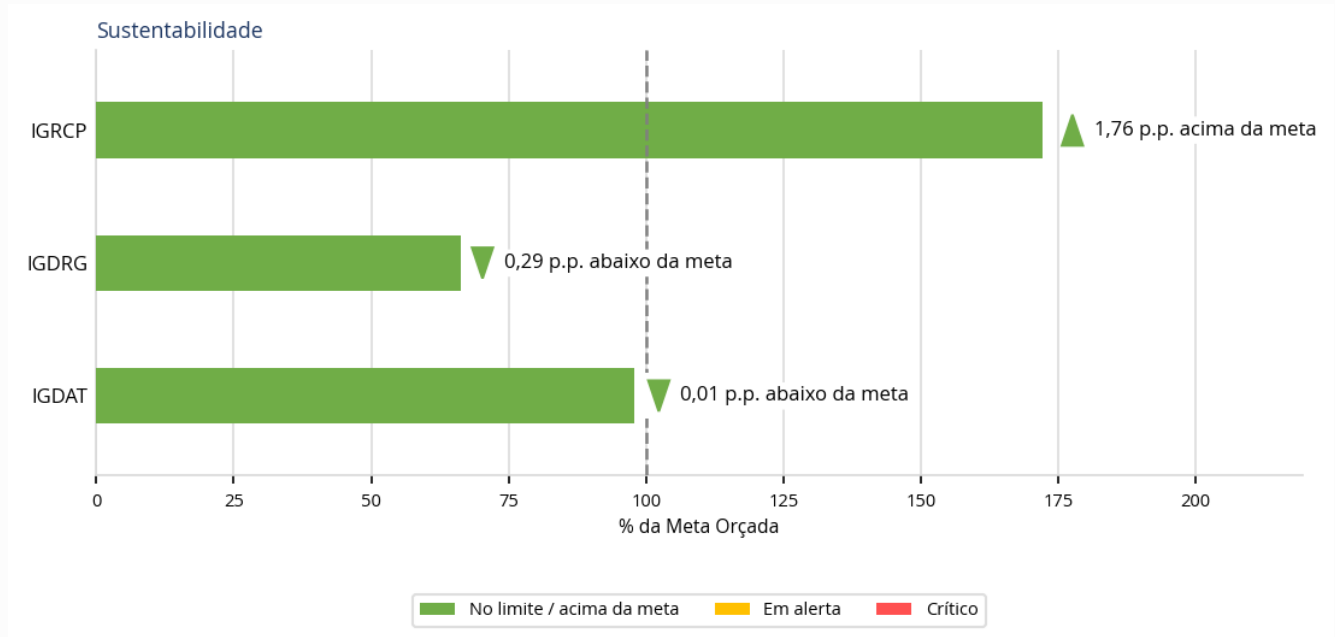
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A projeção elaborada em janeiro de 2026 para o encerramento do exercício indica que o IG_{RPC} - Receita Administrativa per capita poderá alcançar R\$ 1.264,23 em dezembro, situando-se 52,72 reais acima da meta orçada de R\$ 1.211,51, o que representa um desvio favorável. Esse resultado sugere uma receita administrativa por participante superior ao esperado, contribuindo positivamente para a sustentabilidade da gestão.

Quanto ao IG_{DPC} - Despesa Administrativa per capita, a projeção para dezembro de 2026 aponta um valor de R\$ 1.147,44, situando-se 4,50 reais abaixo da meta orçada de R\$ 1.151,94, configurando um desvio favorável. Entretanto, ao comparar com a meta ajustada de R\$ 1.084,39, o indicador apresenta um valor 63,05 reais acima, caracterizando um desvio desfavorável. Essa divergência indica que, embora a despesa administrativa por participante esteja controlada em relação à meta orçada, ela ultrapassa o limite mais conservador estabelecido pela meta ajustada.

A relação entre o IG_{RPC} - Receita Administrativa per capita e o IG_{DPC} - Despesa Administrativa per capita projeta um cenário de equilíbrio financeiro favorável, com receita administrativa superando a despesa por participante. Essa tendência reforça a sustentabilidade da gestão da Funpresp-Jud para o exercício de 2026, desde que as despesas permaneçam sob controle em relação às metas estabelecidas.

Gráfico 23: Indicadores de Gestão – Sustentabilidade



Fonte: Balançetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).
 Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

Na análise dos indicadores de Sustentabilidade da Funpresp-Jud para janeiro de 2026, considerando que os valores expressam a projeção estimada para dezembro de 2026 com base nos dados acumulados até o mês de referência, destacam-se os seguintes pontos:

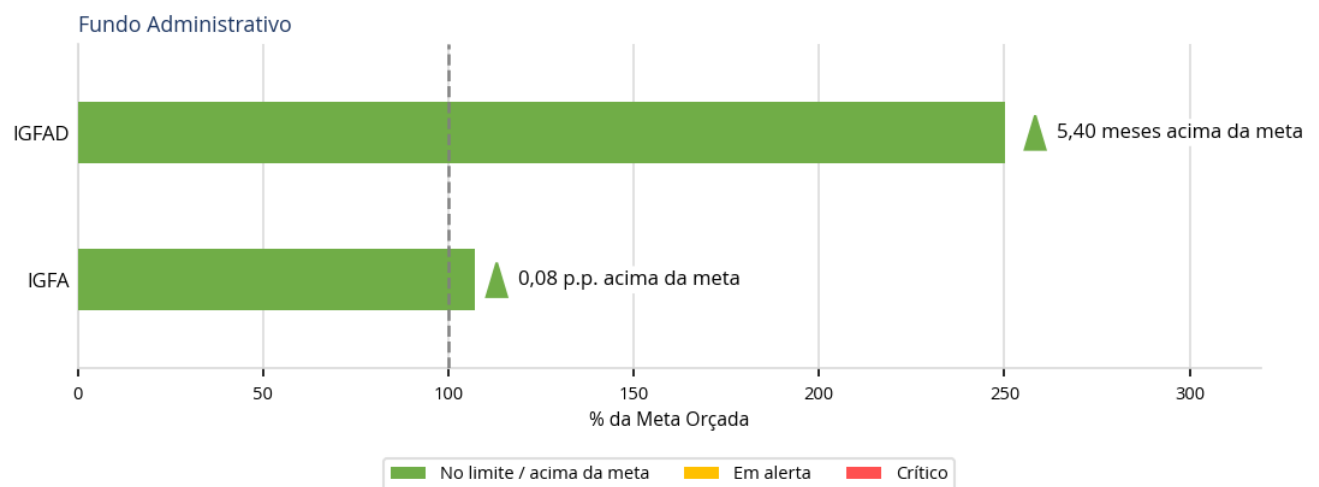
O IG_{RCP} - Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais projetou 4,20%, situando-se 1,76 pontos percentuais acima da meta orçada de 2,44%. Essa projeção indica que o conjunto de fontes de receita do PGA, incluindo Taxa de Carregamento, Receitas Diretas e Resultado Líquido dos Investimentos, tende a superar a previsão inicial. Tal desempenho reflete maior eficiência do PGA nas ações de arrecadação, na geração de receitas com novos produtos e no desempenho dos investimentos, o que é um sinal favorável para a sustentabilidade financeira do plano.

O IG_{DRG} - Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores projetou 0,57%, situando-se 0,29 pontos percentuais abaixo da meta orçada de 0,86%. Esse desvio favorável indica que as despesas administrativas estão controladas em relação aos recursos garantidores do plano, contribuindo para a manutenção da sustentabilidade do fundo.

O IG_{DAT} - Despesa Administrativa sobre Ativo Total projetou 0,57%, situando-se 0,01 ponto percentual abaixo da meta orçada de 0,58%, o que representa um desvio favorável muito próximo da meta. Entretanto, ao considerar a meta ajustada de 0,55%, o indicador apresenta um desvio desfavorável de 0,02 pontos percentuais. Essa pequena variação sugere que as despesas administrativas estão adequadamente proporcionais ao ativo total, sem riscos significativos para a sustentabilidade.

Em síntese, a projeção para dezembro de 2026 dos indicadores IG_{RCP} - Receita Administrativa sobre Contribuições Previdenciais, IG_{DRG} - Despesa Administrativa sobre Recursos Garantidores e IG_{DAT} - Despesa Administrativa sobre Ativo Total aponta para uma situação sustentável, com destaque para a eficiência na geração de receitas administrativas e o controle das despesas em relação aos recursos garantidores e ao ativo total. Não há indicadores em alerta ou críticos, o que sinaliza baixo risco para a sustentabilidade da Funpresp-Jud no horizonte projetado.

Gráfico 24: Indicadores de Gestão – Fundo Administrativo



Fonte: Balancetes PGA e PB / Gerência de Contabilidade (Gcont).
Elaboração: Gerência de Administração e Finanças (Geafi).

A projeção elaborada em janeiro de 2026 para o encerramento do exercício indica que o IG_{FAD} - Fundo Administrativo sobre Despesa Administrativa poderá alcançar 8,99 meses em dezembro, situando-se 5,40 meses acima da meta orçada de 3,59 meses. Esse resultado também supera a meta ajustada de 7,40 meses, com desvio de 1,59 meses, sinalizando uma reserva patrimonial mais robusta do que o previsto inicialmente.

Quanto ao IG_{FA} - Evolução do Fundo Administrativo, a projeção para dezembro de 2026 aponta um índice de 1,16, situando-se 0,08 acima da meta orçada de 1,08. Em relação à meta ajustada de 1,07, o indicador permanece 0,09 acima, indicando uma acumulação patrimonial superior ao planejado para o exercício.

Em síntese, ambos os indicadores do Fundo Administrativo apresentam projeções favoráveis, com o IG_{FAD} evidenciando uma reserva mais ampla e o IG_{FA} sinalizando uma evolução do saldo do fundo acima das expectativas orçadas para 2026.